



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

AS TRAVESTIS, O NÃO USO DO NOME SOCIAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E A EDUCAÇÃO POPULAR COMO POSSIBILIDADE DE MUDANÇA.

Antonia Nathalia Duarte de Moraes¹

Geórgia Sibeles Nogueira da Silva²

*¹ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN-Brasil
(nathaliaduartem@hotmail.com)*

² Professora Doutora do Departamento de Psicologia da UFRN e Coordenadora do Mestrado Profissional Saúde da Família da UFRN-RENASF, Natal/RN-Brasil (gsibeles@uol.com.br)

Resumo

Dentre os desviantes de um ideal heteronormativo, as travestis são as que mais sofrem discriminações. Essas discriminações, muitas vezes, são reproduzidas nos serviços de saúde, o que faz com que muitas travestis só procurem assistência em último caso. Dentre os desviantes de um ideal heteronormativo, as travestis são as que mais sofrem agressões. Devido a estas constatações, foi desenvolvida uma dissertação que se propôs a dialogar sobre a vivência travesti na busca por saúde dentro do contexto da atenção primária em Natal-RN (2013-2014). Neste trabalho, que se constitui em um recorte da referida dissertação, buscamos discutir a discriminação enfrentada pelas travestis devido ao não uso do seu nome social no espaço da atenção primária em saúde e as pistas para a mudança desse cenário. Os sujeitos desta pesquisa foram travestis da cidade de Natal, num total de sete participantes. Utilizamos como instrumento tecno-metodológico a entrevista em profundidade. Para análise interpretativa das narrativas recorreremos à Hermenêutica-Dialética. A partir do diálogo com as narrativas vimos que o conhecimento dos próprios direitos se mostra como uma poderosa ferramenta no acesso à saúde das travestis e no enfrentamento das discriminações enfrentadas no dia a dia. Faz-se urgente um trabalho efetivo na formação dos profissionais de saúde para um atendimento digno e igualitário as travestis, bem como um trabalho educativo com a população travesti, para que essas possam se conscientizar dos seus direitos. Nesse sentido, a Educação Popular, por meios de seus princípios libertadores, aliando dialogicidade, autonomia, e afetividade, mostra-se como estratégia imprescindível para o alcance de um cuidado humanizado à saúde das travestis, capaz de ser inclusivo, digno e integral. Por fim, espera-se que a pesquisa possa contribuir com o campo do conhecimento acerca do saber-fazer na assistência às travestis, dentro e fora da academia.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Palavras-chave: travestis; discriminação, conhecimento.

Introdução/Metodologia

As travestis são pessoas que nasceram com a genitália masculina, mas que se identificam com a imagem e o estilo feminino, que desejam e se apropriam de indumentárias e adereços de sua estética, realizam com frequência a transformação de seus corpos através da ingestão de hormônios e/ou da aplicação de silicone industrial, assim como pelas cirurgias de correção estética e de próteses. Devido a buscar uma identidade que não lhes é a imposta culturalmente pela genitália que lhes acompanham, tornam-se uma parcela da população estigmatizada, que sofre preconceitos. (PERES, 2008)

Têm-se constatado que os serviços de saúde, em vez de serem locais de acolhimento e proteção, vem se apresentando como locais que mantêm e reproduzem as desigualdades e preconceitos da sociedade. A discriminação em alguns locais é bem perceptível, o que faz com que as travestis só busquem assistência médica em último caso, passando muito tempo com os sintomas e sem querer procurar ajuda pela forma como são tratadas nos centros de saúde. Dentre os desviantes de um ideal heteronormativo, as travestis são as que mais sofrem agressões e discriminações (Muller & Knauth, 2008).

Muitas travestis, por sofrerem discriminações nas unidades de saúde, acabam não usufruindo dos serviços disponibilizados na atenção primária, por só procurarem o atendimento em casos de urgência, indo diretamente para os hospitais. Esse fator é um prejuízo para elas e para todo o sistema de saúde, na medida em que muitos problemas poderiam ser resolvidos, até preventivamente, na própria unidade básica de saúde.

Devido a estas constatações, foi desenvolvida uma dissertação que se propôs a dialogar sobre a vivência travesti na busca por saúde dentro do contexto da atenção primária em Natal-RN (2013-2014), pesquisa essa que serve como base para a construção deste texto.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

No âmbito deste trabalho, ao fazermos um recorte da referida dissertação, nos debruçaremos sobre a discriminação enfrentadas pelas travestis devido ao não uso do seu nome social no espaço da atenção primária em saúde e a estratégia do conhecimento como poderosa arma de combate a essas atitudes.

Em função do objeto desse estudo, a abordagem que se fez mais adequada foi a pesquisa qualitativa. O caminho teórico – metodológico escolhido é a Hermenêutica Gadameriana aliada aos princípios dialéticos.

É no contexto homem-mundo que a compreensão se torna possível, ou seja, no âmbito deste estudo podemos dizer que a travesti e a sua relação com a saúde podem ser compreendidas a partir do sentido que emitem em sua mundaneidade, O desvelamento traz à luz aquilo que se oculta naquilo que se mostra (LUCENA, 2011).

É importante registrar que Gadamer (2002) se aproxima da dialética quando assegura que a compreensão só é possível pelo estranhamento, pois a necessidade de entendimento nasce do fracasso da transparência da linguagem e da própria incompletude e finitude humanas.

Em que medida a condição de ser travesti é um fator que a vulnerabiliza a uma desumanização no atendimento na APS? Foi no diálogo com as travestis que alcançamos esse entendimento, construindo com elas as respostas para nosso estranhamento.

Os sujeitos desta pesquisa são travestis da cidade de Natal. O critério de inclusão dos participantes foi de ter buscado e/ou ter sido atendido em algum serviço de saúde da atenção básica da cidade de Natal. O local do acesso às narrativas dos colaboradores foi de acordo com a conveniência das entrevistadas, garantindo condições adequadas, a não interrupção e a privacidade. Algumas entrevistas foram realizadas nas casas das participantes, e outras em seus locais de trabalho. Realizou-se em diferentes bairros da cidade de Natal.

O contato com os sujeitos da pesquisa foram feitos através dos encontros estaduais e nacionais de travestis, que ocorreram em Natal, no ano de 2013, e também da Associação de Travestis Reencontrando a Vida – ATREVIDA. Foram indicados, através da presidente da



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

associação, alguns nomes para possível contato de entrevista, o que deu início ao método “bola de neve”. A cada entrevistada era pedido o contato de outra travesti, e que pudesse ser falado o nome de quem tinha indicado o contato.

Foi utilizada, para o acesso as narrativas das colaboradoras, a entrevista em profundidade com roteiro. As participantes foram informadas da pesquisa no primeiro contato, onde os objetivos do projeto foram esclarecidos a partir da apresentação do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido, respeitando as regras éticas em conformidade com a Lei 466\2012.

Em termos de tratamento das entrevistas utilizamos o *método de interpretação de sentidos*, baseando-se em princípios hermenêuticos-dialéticos que buscam interpretar o contexto, as razões e as lógicas de falas, ações e inter-relações entre grupos e instituições (GOMES et al., 2005).

Todas as entrevistas foram gravadas com a anuência das entrevistadas, sendo posteriormente transcritas pela própria pesquisadora. As transcrições foram feitas literalmente. O que era transcrito era exatamente igual ao que havia sido falado pela entrevistada; leiam-se: expressões faladas, pausas, erros, etc. Garantimos um total de 7 participantes. Os nomes das entrevistadas foram alterados; utilizamos codinomes para evitar a identificação pelo perfil das mesmas.

Resultados e discussão

Entende-se por nome social aquele pelo qual as travestis e os/as transexuais são conhecidos, identificados e denominados na correspondente comunidade e meio social. Não é apenas um nome, ele significa toda uma mudança existencial e a sua forma de se apresentar ao mundo. Respeitar o uso do nome que elas escolheram é respeitar também todo o esforço que estas fizeram em direção ao feminino.

Porém, têm-se constatado que um dos desrespeitos mais ocorridos nos espaços de saúde é justamente o não uso do nome social ao se referir às travestis, e também o uso do artigo no masculino. Este foi o constrangimento mais ocorrido com as nossas entrevistadas, como ilustram os



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

relatos de dor a seguir:

Imagina só, eu, uma mulher, porque eu me considero uma mulher, no meio de um monte de pessoas, de repente **o profissional de saúde chama: “João!”**. É um constrangimento porque as pessoas ficam tudo se cutucando. **As pessoas ficam: “Vixe, aí é homem, aí não sei o quê”, eu fico ali como se eu fosse um palhaço.** Uma palhaça ali no meio do povo. Aí eu entro pra fazer o exame quando eu saio da sala tá o povo tudo olhando pra mim: “Não, é não. Não, é. Não, é um homem. Não, é uma mulher” (Fragmento de entrevista - Angelina Jolie)

As pessoas ficam mangando, ficam rindo, quando chamam: “João Batista!”, aí se levanta João Batista com um short bem curtinho, uma chinelinha rasteira e de top. Ou se não com uma blusinha feminina, às vezes não tá nem seminua, mas tá com a roupa feminina. **Aí todo mundo: “Olha João Batista, que diabo é aquilo?!”,** todo mundo fica olhando, falando mal e tudo. Eu acho que assim, **pode não parecer nada pra quem não vive na situação, mas o nome social é muito importante,** muito importante mesmo, até pra o próprio ego da travesti, entendeu? Muitas não procuram o serviço de saúde por causa disso. **Algo tão simples mas se não for respeitado acaba custando uma vida.** (Fragmento de entrevista - Naomi Campbell)

Quando chamaram eles [os profissionais] não respeitaram, chamaram a pessoa pelo nome de batismo. E **ficou meio constrangedor** porque o hospital tava muito cheio e com muito movimento, e muita gente começou a olhar, sorrir, não respeitou. E a menina já tava nervosa pelo teste que ia fazer, e **ela entrou totalmente desconfigurada.** É tanto que pra achar a veia foi uma luta. (...) E a gente tava maquiada, arrumada, então **dava pra passar um pouquinho despercebida.** (Fragmento de entrevista – Nicole Kidman)

O constrangimento é o sentimento mais presente nas falas das colaboradoras quando se trata do desrespeito ao uso do nome social. O desejo de passar despercebida é quebrado quando veem anunciado em alto e bom som um nome masculino ao se referir a uma imagem feminina, despertando a curiosidade de todos. Naomi nos faz um alerta: “Algo tão simples mas se não for respeitado acaba custando uma vida”, se referindo a não procura de muitas travestis por atendimento em saúde devido a pressuposição (com muito embasamento) de que irão passar por esse tipo de constrangimento. O constrangimento se dá pela revelação da identidade masculina da



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

travesti ao público, que passam, então, a identificar os “estigmas” que as diferenciam dos demais. Essa revelação, no entanto, parte dos profissionais de saúde:

Quando a gente explica, as pessoas não entendem a questão do nome social. As pessoas acham que a gente quer ser chamada pelo nome na escrita, mas não é assim, **a gente só quer ser respeitada em público**, a gente não quer mudar o nome do registro, **eu só não quero passar pelo constrangimento**. (Fragmento de entrevista - Angelina Jolie)

E quando a gente vai ser chamada é incrível, **eles [os profissionais] sempre chamam pelo nome masculino, aí é aquele constrangimento**, mas acho que é a única coisa errada que tem. Aí quando você chega lá dentro o médico ainda faz: “oi seu fulano!” aff Maria, é de matar. Pra uma pessoa que já tá tentando se achar, aí você ainda fica batendo na tecla, é fulano, é fulano, é meio estranho, meio complicado. (Fragmento de entrevista - Naomi Campbell)

Os profissionais de saúde “sempre chamam pelo nome masculino”. Podemos notar a relação de poder presente nesse contexto. O profissional, que detém, a partir do uso do nome civil da travesti, a capacidade de lembrar a ela e a todo o público na sala de espera que aquela pessoa “não é mulher”, que ela está subvertendo todo um sistema “rígido” e “seguro” de normas de gênero. Como nos traz Kulick (2008, p.245): “Recusar-se a reconhecer o gênero das travestis é um meio prontamente disponível de rejeitar seu próprio direito de existir”. É um modo de colocá-las de volta ao seu lugar (decente) de gênero e também uma maneira de resguardar a masculinidade das possibilidades que se abrem de transições entre os sistemas de gênero.

Em termos legais, existem leis e portarias que asseguram o direito das pessoas trans (travestis e transexuais) serem chamadas pelo nome social, como a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, através da Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, do Ministério da saúde:

Art. 4º Toda pessoa tem direito ao atendimento humanizado e acolhedor, realizado por profissionais qualificados, em ambiente limpo, confortável e acessível a todos.

Parágrafo único. É direito da pessoa, na rede de serviços de saúde, ter atendimento humanizado, acolhedor, **livre de qualquer discriminação**, restrição ou negação em virtude de idade, raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, **identidade de gênero**, condições econômicas ou sociais,



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

estado de saúde, de anomalia, patologia ou deficiência, garantindo-lhe:

I - identificação pelo nome e sobrenome civil, **devendo existir em todo documento do usuário e usuária um campo para se registrar o nome social, independente do registro civil sendo assegurado o uso do nome de preferência**, não podendo ser identificado por número, nome ou código da doença ou outras formas desrespeitosas ou preconceituosas. [grifo da autora da dissertação]

O conhecimento das normas que asseguram alguns direitos das travestis serve, muitas vezes, como uma estratégia de acesso ao sistema, uma forma de combater a discriminação enfrentada por elas. Uma das entrevistadas faz uso da estratégia:

Graças a Deus, **nunca tive problema**. Primeiro **porque a gente tem um conhecimento e estudou, né?** (...) Eu primeiro procuro o posto de saúde e falo: “olhe, eu gostaria de ser identificada assim, por causa disso e isso, pra não sofrer constrangimento”, então parte de nós também está sensibilizando os nossos gestores, eles não tem obrigação nenhuma de imaginar como você deve ser chamada. Você que tem que tomar iniciativa, e quando você observa que aquela pessoa fez de propósito você já joga: “olha, existe essa lei, existe essa portaria, **existe a lei do SUS, que determina que você tem que me chamar pelo nome no qual eu me reconheço**”, aí você já vai se **empoderando**. (Fragmento de entrevista - Gisele Bundchen)

A entrevistada diz ter procurado muitos serviços de saúde e nunca ter tido problemas. Ela iniciou um curso de nível superior, embora não tenha concluído, e é presidente de uma ONG – A Associação de Travestis Reencontrando a Vida (ATREVIDA)¹, por isso possui conhecimento a respeito das leis e portarias que protegem o seu direito a ser chamada da forma como se identifica e usa esse conhecimento em situações que poderiam causar algum transtorno. Associa o conhecimento a poder.

Gisele também trabalhou pela homologação do Decreto Estadual nº 22.331 de 2011, que tornou obrigatório o direito das travestis e transexuais de serem identificadas pelo correspondente nome social ~~em todos os atos e procedimentos~~ realizados no âmbito do Poder Executivo Estadual do Rio Grande do

¹ A ONG Atrevida foi fundada em 2008, em Natal, e atua na promoção da saúde de travestis, além da inclusão no mercado de trabalho, combate à violência, inclusão nas escolas e na defesa da 'cidadania trans'. “Nós atuamos em várias frentes em defesa dos direitos dos travestis e temos um trabalho diferenciado na inclusão de travestis com o vírus HIV em políticas públicas de saúde”, disse Jaqueline Brasil. (<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2013/09/travesti-ganha-premio-nacional-por-acoes-de-saude-desenvolvidas-no-rn.html>)



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Norte. Vejamos parte da lei:

Art. 1º Fica assegurado aos travestis e transexuais o direito de ser identificado pelo correspondente nome social em todos os atos e procedimentos realizados no âmbito do Poder Executivo Estadual.

(...) Art. 2, § 1º O interessado deve indicar o nome social como prenome e, em seguida, informar o nome civil;

§ 2º O nome civil do travesti ou transexual que optar pela identificação pelo correspondente nome social somente pode ser utilizado para fins internos administrativos. (Decreto, 2011, p. 1)

Entendemos que o conhecimento por parte do solicitante gera um cumprimento forçado das normas, porém, não é, ou pelo menos não era pra ser, papel do usuário do SUS, que já chega fragilizado por estar em busca de atendimento, ter que brigar pelos seus direitos para consegui-los. O recorte a seguir nos ilustra como a estratégia do conhecimento pode não ser efetiva em alguns casos:

Eu falei pra atendente: “Mulher, dá pra você me chamar de fulana? Por que de outra vez que eu vier...” Ela disse: “não, vou colocar pelo nome de registro, o nome que tá aqui na identidade”. Sabe, toda... autoritária comigo. Aí eu quis tipo intimidar ela: **“Você não sabe não do Sistema Único de Saúde? Que existe essa lei, que existe essa portaria?”**. Aí pra isso Nathalia, **já aconteceu o constrangimento**. No que eu estava pedindo pra ela, **isso é humilhante**, eu estar lhe pedindo, nisso já tá havendo constrangimento, **as pessoas do meu lado já tão vendo que eu to falando que sou homem**. (Fragmento de entrevista - Angelina Jolie)

Apesar de ter o conhecimento das normas, Angelina não conseguiu evitar o constrangimento de ter sua identidade masculina revelada.

Uma única entrevistada havia relatado em perguntas anteriores que não enxergava nenhum problema no atendimento às pessoas travestis, e que não havia passado por constrangimentos. Porém, ela também se utiliza de estratégias de acesso para driblar o não uso do nome social:

Ela pediu a identidade, eu dei a identidade e ela ficou calada. Ela me deu a fichinha, eu passei mais discreto ainda (rindo) **e fiquei próximo a porta para não chamar meu nome**. Porque me vê uma pessoa aí meu nome outro, pra não ter o constrangimento eu mesma cheguei, por saber que tava próximo minha vez e entrei. (Fragmento de entrevista - Madonna)



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

O “ficar próxima a porta” a livra de não ter que escutar o seu nome masculino sendo chamado na sala de espera. A mesma entrevistada diz, em um momento posterior da entrevista, que não tinha conhecimento sobre a existência de leis que asseguram o direito ao uso do nome social. Talvez também por isso ela não tenha identificado dificuldades no acesso. Por não conhecer o seu direito não sabia que ele estava sendo infringido.

Peres (n/d) nos fala que um dos maiores constrangimentos possíveis de serem vividos por uma travesti é quando alguém se dirige a ela chamando-a pela referência de sexo e não pelo seu nome social. Se sua expressão corporal, com suas indumentárias femininas, maquiagens e sapatos de salto altos a remetem a uma estética feminina, porque tantas pessoas ainda insistem em chamá-la no masculino? São questões que suscitam debates, reações acirradas, desde a confusão de gêneros (Será homem? Será mulher?), até o disparo de fantasias de atração e repulsa que emergem intempestivamente. É preciso que nos coloquemos em análise.

Revisitar um novo olhar para esse feminino pode vir a ser um passo bastante importante para um acolhimento adequado do usuário pelo profissional de saúde. Um acolhimento onde Naomi não precise mais utilizar a sua estratégia de acesso e não tenha mais do que “se defender”:

Agora eu vou fazer que nem uma amiga minha que diz que quando tem que sair de dia, bota os óculos escuros, o fone no ouvido, e vai embora, porque o que falarem ela vai tá ouvindo a música, então não vai perceber. (...) É uma válvula de escape. **Cada uma tem uma maneira de se defender**, acaba criando... você acaba criando uma maneirinha de tá se desviando dos problemas do dia-a-dia, e assim você vai vivendo. (Fragmento de entrevista - Naomi Campbell)

Conclusão

Na literatura, uma maneira de enxergar as travestis nos permite problematizá-las como expressão de resistência ao biopoder, de enfrentamento aos processos seculares de normatização e a



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

emergência de novas expressões existenciais que se efetua como estilísticas da existência, confirmando a leitura feita por Foucault de que onde há poder, há resistência (PERES, 2008).

Essa organização psicossocial, política e cultural pode ser entendida em uma perspectiva de enfrentamento e de resistência ao poder heteronormativo. A partir desse encontro com o poder, de resistência ao mesmo, surgem novas possibilidades de “existencialização”; logo, de novas demandas psicossociais e políticas de emancipação e direitos a ter direitos, ou seja, de poder vivenciar sua condição de cidadania. (PERES, 2008)

Tomando como base a teoria de Butler, de um corpo despotencializado e fraco pode surgir um corpo empoderado e forte, guerreiro e reivindicador de direitos, que passa a participar das esferas de poder e descobre nas ações do coletivo a possibilidade de ser respeitada e tratada como cidadã. Seu enfrentamento a heteronormatividade desestabiliza e coloca em questão a ordem normativa e disciplinar que é imposta pelo sistema sexo/gênero/desejo/ práticas sexuais. Essa reversão dos corpos abjetos pode levar as travestis ao enfrentamento político sobre as desigualdades vividas. Pela via da participação da comunidade em parceria com as diretrizes do SUS, passam a participar mais das comissões de saúde, reivindicando direitos e melhores atendimentos para a comunidade travesti. Mas ainda trata-se de iniciativas raras e de pouca divulgação, contando com uma ou outra travesti que se tornou consciente de seus direitos e se envolveu de alguma forma na militância política. Ainda são muitos os relatos de discriminação e exclusão das travestis nos espaços de atendimento à saúde. (PERES, n.d)

Fato é que na realidade investigada pelo nosso estudo, poucas são as travestis reivindicadoras, e muitas ainda são as suas necessidades e demandas a serem ouvidas e terem respostas efetivas e humanizadas.

Nesse sentido, faz-se de extrema relevância a estratégia da Educação Popular, que, segundo Vasconcelos (2001), busca trabalhar pedagogicamente o homem e os grupos envolvidos no processo de participação popular, fomentando formas coletivas de aprendizado e investigação de modo a promover a capacidade de análise crítica sobre a realidade e o aperfeiçoamento das estratégias de luta e enfrentamento.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Vasconcelos (2004) nos diz que a Educação Popular prioriza a relação com os movimentos sociais por serem essas expressões mais elaboradas dos interesses e da lógica dos setores subalternos da sociedade, cuja participação é geralmente desqualificada nos diálogos e negociações. Agindo a partir de problemas de saúde específicos ou de questões ligadas ao funcionamento global dos serviços, procura-se entender, sistematizar e difundir a lógica, o conhecimento e os princípios que regem a subjetividade dos vários atores envolvidos, de forma a superar incompreensões e mal entendidos ou tornar conscientes e explícitos os conflitos de interesse.

A negação do nome social, no cotidiano das travestis quando na busca por saúde, pode ser chamada de desumanização no cuidado às travestis, além do não reconhecimento, imprime uma violência emocional e, por vezes, a morte social. É urgente um trabalho efetivo na formação dos profissionais de saúde para que mudanças nesse sentido possam ser alcançadas, bem como no cotidiano de nossa vida cercada por atitudes discriminatórias.

É urgente, também, um trabalho educativo com a população travesti, para que estas possam se conscientizar dos seus direitos, e, empoderadas pelo saber, possam reivindicá-los e exigir as mudanças necessárias no sistema de saúde e o respeito tão caro em suas vidas.

É preciso levar a democratização da assistência à microcapilaridade da operacionalização dos serviços de saúde. Sem a participação ativa dos usuários e seus movimentos na discussão de cada conduta ali implementada, os novos serviços expandidos não conseguirão se tornar um espaço de redefinição da vida social e individual em direção a uma saúde integral. (VASCONCELOS, 2004, p.75)

Assim como, também, é vital um processo de reeducação amorosa no sentido freireano. A politicidade do amor ou da amorosidade freireana está em defesa do diálogo e do “direito de lutar, de denunciar e de anunciar”, amorosidade que está associada à coragem, de lutar e denunciar as injustiças sociais, à tolerância, de “conviver com o diferente, de aprender com a diferença”. Sem essa capacidade amorosa, e por isso inclusiva, é impossível haver educação, saúde, vida.

O ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa da libertação. Mas este compromisso, porque amoroso, é dialógico (...). Como



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

ato de valentia, não pode ser piegas, como ato de liberdade não pode ser pretexto de manipulação, senão gerador de outros atos de liberdade. A não ser assim, não é amor. Somente com a supressão da situação opressora é possível restaurar o amor que nela estava proibido. **Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo.** (FREIRE, 2002, p. 80, grifo nosso)

Este trabalho é apenas o início de muitas tarefas a serem realizadas, junto à população travesti e junto aos profissionais da saúde pública. Aqui, discutimos possibilidades de caminhos a serem percorridos por todos que se sentirem afetados por essa realidade que pede por mudança.

Referências

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra, 32 edição. São Paulo, 2002.

GADAMER, H. G. **Verdade e Método II**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOMES, R. et al. **Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

KULLICK, D. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

LUCENA, C. M. F. C. **O oncologista clínico diante da morte: Implicações para a produção do cuidado** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

MULLER, M. I., KNAUTH, D. R. **Desigualdades no SUS: O caso dos atendimentos às travestis é “babado”!** Cadernos Ebape, 6 (2), 1-14, 2008.

PERES, W. S. (n.d.). **Travestis, Cuidado de Si e Serviços de Saúde: Algumas Reflexões**.

PERES, W. S. **Travestis: corpo, cuidado de si e cidadania**. Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008.

VASCONCELOS, E. M. **Redefinindo as práticas de Saúde a partir de experiências de Educação Popular nos serviços de saúde**. Interface - Comunic, Saúde, Educ. Fevereiro, 2001.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

VASCONCELOS, E. M. **Educação Popular:** de uma Prática Alternativa a uma Estratégia de Gestão Participativa das Políticas de Saúde PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 14(1):67- 83, 2004